

JUVENTUDE E PERMANÊNCIA NO CAMPO

Reflexões das juventudes rurais sobre possibilidades, limites e desafios



...os outros jovens, não tiveram mais a oportunidade de estudar naquela escola porque a escola é...
...mas também como um n...
...a minha comunidade.
...Eu estudei lá até a quinta série... as outras
...o professor não chega, porque o carro do pessoal também está engasgado no caminho, tam...
...isso não existe! Ai to...
...formação acadêmica”
...engasgado no caminho, tam...
...oportunidade de estudar naquela escola porque a escola é...
...quinta série... as outras
...como um n...
...a minha comunidade.
...Eu estudei lá até a quinta série... as outras
...o professor não chega, porque o carro do pessoal também está engasgado no caminho, tam...
...isso não existe! Ai to...
...formação acadêmica”
...engasgado no caminho, tam...
...oportunidade de estudar naquela escola porque a escola é...
...quinta série... as outras
...como um n...
...a minha comunidade.

JUVENTUDE E PERMANÊNCIA NO CAMPO

*Reflexões das
juventudes rurais
sobre possibilidades,
limites e desafios*

Juventude e permanência no campo:
reflexões das juventudes rurais sobre
possibilidades, limites e desafios

Erika Nascimento
Janaina Maria de Paiva Ferraz
Maria Cristina Aureliano de Melo
Synara Dantas
Waneska Bonfim

J97 Juventude e permanência no campo: reflexões das juventudes rurais sobre
 possibilidades, limites e desafios. / Erika Nascimento, Janaina Maria
 de Paiva Ferraz, Maria Cristina Aureliano de Melo, Synara Dantas,
 Waneska Bonfim.
 Recife : Centro Sabiá, 2016.
 68 p.

ISBN-978-85-92913-03-8

1. Juventude rural. 2. Juventude – limites. 3. Juventude – desafios.
I. Nascimento, Erika. II . Ferraz, Janaina Maria de Paiva. III. Melo, Maria Cristina
Aureliano de. IV. Dantas, Synara. V. Bonfim, Waneska.

CDD 305.23

Ficha elaborada pela Bibliotecária Marleide Irineu dos Santos – CRB-4/1001

1ª edição
Centro Sabiá
2016

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, que desde sua fundação, em 1993, trabalha para promoção da agricultura familiar camponesa dentro dos princípios da agroecologia, desenvolvendo e multiplicando Sistemas Agroflorestais (SAFs) nas regiões da Zona da Mata, Agreste e Sertão de Pernambuco. O Centro Sabiá tem como missão: *“plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura familiar agroecológica e a cidadania”*.

Esta é uma publicação do
Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

Endereço

Rua do Sossego, 355,
Santo Amaro, Recife/PE/Brasil.
CEP: 50050-080.
Fone/Fax: (81) 3223.7026/3223.3323
Sítio: www.centrosabia.org.br
E-mail: sabia@centrosabia.org.br

Produção do Núcleo de Comunicação

Laudenice Oliveira (DRT/PE 2654) e Sara Brito

Coordenação de Pesquisa

Janaina Maria de Paiva Ferraz

Assessoria nas Oficinas

Prof.^a Maria de Assunção Lima de Paulo - UFCG

Pesquisadores(as):

Caio Meneses Cabral, Cecília Tayse Muniz Teixeira, Dilene Nicolau de Mendonça, Ewerton Gustavo da Silva França, Franceli Gomes da Silva, Gleidson Carlos do Amaral Silvino, Josineide Oliveira Silva, Julianna Batista Peixoto da Silva, Maria Nicléia Nogueira e Silva e Ricardo Marcelo de Gois

Transcrição das entrevistas

Poliano Barbosa Araújo

Análise de Dados, Redação e Organização da Publicação

Erika Nascimento, Janaina Maria de Paiva Ferraz, Maria Cristina Aureliano de Melo, Synara Dantas e Waneska Bonfim

Revisão de conteúdo

Janaina Maria de Paiva Ferraz e
Maria Cristina Aureliano de Melo

Edição

Nataly Queiroz

Projeto Gráfico e Diagramação

Estúdio 8

Impressão

MXM Gráfica & Editora

Tiragem

1.000 (mil) exemplares

Apoio

terre des hommes schweiz

AGRADECIMENTOS

A concretização desta publicação só foi possível graças a participação e contribuições dos jovens e das jovens que possibilitaram, a partir da socialização de suas experiências, a construção de um olhar sobre os fatores que influenciam a saída das juventudes do campo, e também apontaram possibilidade de permanência nos seus territórios. A eles e elas, nosso muito obrigado.

Registram-se ainda um especial agradecimento ao parceiro Alexandre Menezes, da terre des hommes schweiz, pelo apoio e estímulo para concretização desta pesquisa; à professora da Universidade Federal de Campina Grande e pesquisadora sobre juventudes rurais, Dra. Maria de Assunção Lima de Paulo, pela imprescindível colaboração nas oficinas de preparação e devolução da pesquisa; aos parceiros da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia pela contribuição nas reflexões e partilhas sobre as temáticas da juventude e agroecologia, e a toda equipe do Centro Sabiá.

11 Do que vamos tratar?

14 A pesquisa

16 *A necessidade de escolhas: método e abordagens*

18 *Juventudes rurais: conceitos e políticas*

20 Permanência no campo: indicadores para análise

22 *As vivências juvenis e a permanência no campo*

23 Convivência familiar

27 Relações de gênero

30 Educação

36 Trabalho e renda

39 Esportes e lazer

42 Participação política e comunitária

48 Acesso às políticas públicas

52 *O Centro Sabiá e as contribuições para a permanência das juventudes no campo*

56 Futuro

58 *Juventudes do campo: perspectivas de futuro*

59 *Um caminho a ser fortalecido: possibilidades e desafios*

63 Referências

65 Anexos

DO QUE VAMOS TRATAR?

A permanência das juventudes no campo é um desafio há muito tempo colocado para o Centro Sabiá e para as organizações/movimentos do campo agroecológico. Este fator é estratégico pela importância das futuras gerações para a sucessão rural e construção da Agroecologia como uma alternativa concreta para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras e produção de alimentos saudáveis para toda sociedade.

As organizações e movimentos que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da qual o Centro Sabiá faz parte, reconhecem as juventudes como sujeitos políticos e de direitos, fundamentais na consolidação de um projeto de desenvolvimento para o campo que seja colaborativo, inclusivo e sustentável. Durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) promovido pela ANA, em 2014, na cidade de Juazeiro/BA, os jovens e as jovens presentes realizaram a Plenária das Juventudes com o tema “Por que interessa às juventudes discutir a Agroecologia?”.

Esses garotos e garotas reconhecem a Agroecologia como matriz tecnológica, modo de vida garantidor de soberania alimentar, de vida digna no campo e na cidade. Acreditam que é preciso combater o modelo fundiário vigente, concentrador de terras e de riquezas, garantindo a implementação da reforma agrária e da demarcação dos territórios indígenas, quilombolas, bem como dos demais povos e comunidades tradicionais. Entendem que essas ações são instrumentos de justiça e inclusão social. Lutam para que a educação do campo seja contextualizada, com metodologias que dialoguem com as diferentes realidades, contribuindo para emancipação e empoderamento dos sujeitos do campo. Exigem também que a reforma agrária esteja articulada a um conjunto de políticas públicas voltadas à produção, à comercialização e à geração de renda, assim como, que a educação, a saúde, o esporte, a cultura e o lazer sejam adequados à realidade camponesa.

A Plenária das Juventudes do III ENA culminou com a Moção pelo Direito das Juventudes Permanecerem no Campo, encaminhada ao governo federal, somando-se a outras iniciativas dos movimentos rurais em defesa de políticas públicas que garantam uma vida digna no campo para todos e todas. Em abril de 2016, fruto de sua luta e pressão, os jovens e as jovens rurais conquistaram o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, instituído por meio do decreto Nº 8.736/2016, pela presidenta Dilma Rousseff.

Motivado por esse contexto, o Centro Sabiá iniciou em 2014 um processo de formação com sua equipe visando o fortalecimento das ações já desenvolvidas com as juventudes, apontando caminhos para o envolvimento efetivo e autônomo desse importante segmento das populações camponesas nas dinâmicas agroecológicas dos territórios. Para isso, procurou mapear a presença dos jovens e das jovens no cotidiano das ações institucionais, propiciando um ambiente reflexivo para avaliação do seu papel enquanto assessoria técnica e pedagógica. Nessa experiência, envolveu jovens da Zona da Mata, do Agreste, e do Sertão pernambucano; além das assessorias técnicas, do Núcleo de Comunicação e da equipe administrativo-financeira da instituição.

Durante o processo formativo foram identificados alguns desafios para as juventudes, em especial, no que se refere à invisibilidade de seu trabalho; às desigualdades de gênero; e à ausência de políticas públicas estruturantes, o que provocou a reflexão sobre como esses e outros aspectos têm influenciado a permanência deles e delas

no campo. A formação permitiu refletir também sobre a relação entre os temas identificados e a prática da assessoria do Centro Sabiá às juventudes e às famílias agricultoras, no que diz respeito à perspectiva do fortalecimento do movimento agroecológico, sobretudo, em relação à problemática do esvaziamento do campo. Esses desafios apontaram para a realização de uma pesquisa com o objetivo de identificar a motivação das juventudes assessoradas pelo Sabiá de permanecer ou sair do campo.

Esta publicação apresenta os resultados dessa pesquisa e aponta algumas questões estruturantes que se destacaram nas vivências com os grupos participantes. Estas se relacionam diretamente com suas condições de permanecer no campo. Vale destacar nessa trajetória a importante contribuição de terre des hommes schweiz, que com seu apoio e parceria nas diversas ações desenvolvidas pelo Centro Sabiá, em especial aquelas ligadas às juventudes, acolheu a proposta do estudo e possibilitou a publicação de seus resultados.

O livro está dividido em seções. A primeira parte apresenta os objetivos e motivações para realização da pesquisa e o percurso metodológico utilizado; a segunda seção apresenta os aspectos centrais de temas estruturantes e sua relação com as juventudes rurais: convivência familiar, relações de gênero, educação, trabalho e renda, esporte e lazer, participação política e comunitária, e acesso às políticas públicas. Ele também apresenta os resultados da pesquisa ilustrados com trechos extraídos das falas dos jovens e das jovens durante o processo de entrevistas. A terceira e última seção apresenta reflexões sobre as contribuições da assessoria do Centro Sabiá, apontamentos sobre aprendizados e perspectivas de futuro das juventudes participantes da pesquisa.

A todas as pessoas, uma boa leitura!

A pesquisa

interessante. "Deveria ter um espaço de lazer, poderia ser um campo de futebol, uma quadra esportiva e um espaço de lazer para os estudantes que estudam aqui."

Cícera
Aniversário de
20 anos do
Centro Sobra
2013

Cícera
PMA DA
COMISSÃO
2014

2013
Associada na
ADESSU
(CRISTINA)

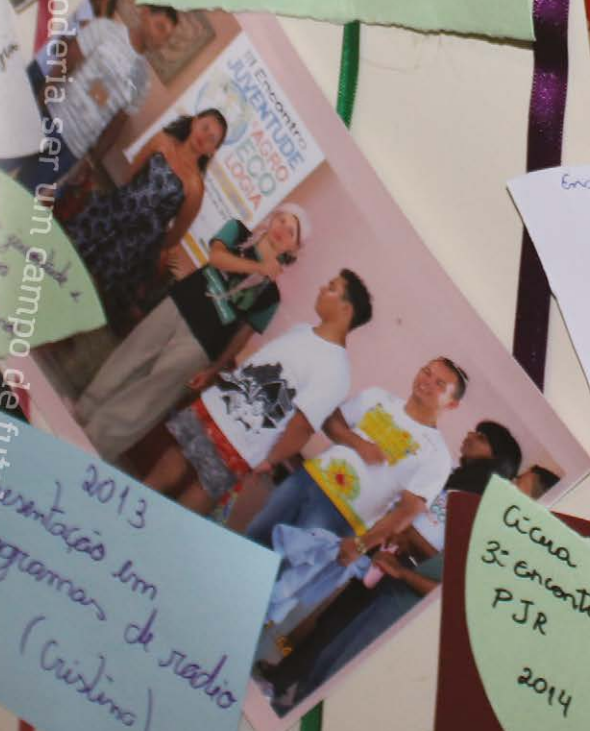
2013
Assessoria técnica
MDA (Cristina)



Encontro territorialial
(Alama)

Sessão
da KMH

Cristina
Reunião de
PMA da
juventude
2014



Cícera
3º Encontro da
PJR
2014

2013
Apresentação em
programas de rádio
(Cristina)



A NECESSIDADE DE ESCOLHAS: MÉTODO E ABORDAGENS

Para a realização da pesquisa Juventudes e Permanência no Campo, o Centro Sabiá optou por trabalhar com pessoas da equipe que atuam nos territórios, valorizando suas práticas de assessoria às juventudes e buscando empoderá-las no trato desta temática. Buscou-se, também, um aporte no campo teórico e metodológico através da colaboração da professora Maria de Assunção que contribuiu durante a oficina de preparação na construção do método e objetivo da pesquisa, do roteiro de coleta de dados (em anexo) e da definição do grupo de jovens a ser envolvido no estudo.

Também contribuíram, nessa oficina, os garotos e as garotas das Comissões Territoriais de Jovens Multiplicadores(as) da Agroecologia (CTJMA), assegurando assim a interação com o universo a ser pesquisado. A partir dessa construção coletiva, definiu-se por uma pesquisa qualitativa e participante. A definição do perfil do grupo de jovens a ser pesquisado considerou aspectos de equidade de gênero, diversidade étnica e cultural; tempos distintos de relacionamento com a assessoria do Centro Sabiá; distância geográfica entre as áreas rurais e urbanas e diversidade de municípios.

O trabalho de campo se deu nos meses de maio e junho de 2015. Após sua execução, foi realizada uma oficina para partilha dos resultados com a colaboração da professora Maria de Assunção e com a participação de integrantes da CTJMA, técnicos(as) e coordenação técnico-pedagógica do Centro Sabiá, jovens e técnicos(as) da AS-PTA-PB, assessoria das juventudes e do coordenador de TdH Brasil.

O universo da entrevista contemplou 20 jovens, sendo 11 do sexo feminino e nove, do masculino. O grupo está situado na faixa etária entre 15 e 29 anos. A maioria está solteira e tem como escolaridade o ensino médio, seja completo ou em andamento.

Os entrevistados e as entrevistadas moram em municípios que integram a região da Zona da Mata: Rio Formoso e Sirinhaém; do Agreste: Agrestina, Cumaru, São Caetano, Riacho das Almas e Santa Maria do Cambucá; e do Sertão: Triunfo, Iguaraci, Santa Cruz da Baixa Verde e Carnaíba. Em alguns desses municípios, os locais de moradia também são territórios étnicos (quilombolas), que apresentam características específicas de organização social.

JUVENTUDES RURAIS: CONCEITOS E POLÍTICAS

No sentido de explicitar a base teórica utilizada na ação institucional com as juventudes é importante pontuar alguns conceitos que permearam esse trabalho. São compreensões que alicerçaram e orientaram os caminhos metodológicos trilhados. O próprio conceito de juventude é alvo de inúmeras definições. Para fins desta pesquisa, corrobora-se com a ideia de Pais (1990, p. 149), o qual considera o segmento um conjunto social (diverso) cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase de vida, que no Brasil, referenciado por definições internacionais, é caracterizado pela faixa etária entre os 15 e 29 anos. Considera-se pertinente a perspectiva de Honwana e Boeck (2005) que incluem as variáveis de identidade, processo histórico e cultural na caracterização do grupo.

A juventude não se constitui enquanto um grupo coeso e uniforme. Por isso, adotamos a perspectiva de juventudes, considerando as diferentes identidades, características culturais e sociais múltiplas. Somente a partir do entendimento dessa diversidade é que se torna possível perceber e demarcar um extrato das juventudes, a saber: a juventude rural, a qual, por sua vez, também é heterogênea, sobretudo, quando se reconhece a complexidade do campo.

É imprescindível considerar as experiências históricas e sociopolíticas do mundo rural no Brasil, as quais influenciaram na construção de identidades camponesas culturais, religiosas, étnicas, econômicas, etc. Desde o Brasil Colônia, a terra foi considerada meio de enriquecimento para as elites e sua população, rica em cultura e saberes, foi subjugada. As políticas desenvolvimentistas, adotadas no país a partir da década 1940, impuseram ao campo regimes de exploração mecanizada do solo e em larga escala, fortalecendo o agronegócio, em especial para exportação. A população camponesa não se manteve passiva a todo esse movimento de exclusão: se organizou coletivamente para resistir e reafirmar sua identidade, seus direitos à terra, à vida digna, ao respeito ao meio ambiente.

A juventude rural é receptora dessa herança cultural mas também a ressignifica, reelabora e se vê diante de novos desafios. É preciso construir percepções das juventudes rurais de forma mais condizente com as dinâmicas, ora sutis ora marcadamente

distintas, entre as fronteiras do urbano e rural, o que significa perceber que a construção e fortalecimento da identidade “jovem rural” se dá a partir da relação com o(a) outro(a). Esse segmento social é um importante sujeito político que tem mobilizado a sociedade a partir de suas pautas e reivindicações por direitos como será possível perceber nas próximas páginas.



Permanência no campo: indicadores para análise

"Eu acho que é a capacidade de escutar."

"Estudei no campo, mas uma coisa que está acontecendo muito é que as escolas rurais estão fechando, e foi o que aconteceu com a escola que tinha na...

"A gente consegue conversar sobre diversos temas que outras pessoas acham que é tabu. Por exemplo, sobre política..."

"Eu acho que desde meus tataravós, todos são agricultores, e...



interessante. "Deveria ter um espaço de lazer, poderia ser um campo de futebol, uma quadra esportiva...
...antes o meu pensamento era de que as pessoas tinham que estudar, ter realm...
...ando pega um emprestado às pes...

AFETAE
A FORÇA
DE...



AS VIVÊNCIAS JUVENIS E A PERMANÊNCIA NO CAMPO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 havia cerca de oito milhões de jovens no campo, o que representava 27% da população rural do país. O número expressivo faz saltar aos olhos a invisibilidade deste grupo social associada à falta de políticas públicas de reforma agrária, educação, saúde, lazer, trabalho e renda. Essas ausências aparecem como fatores determinantes para a impermanência, cada vez mais frequente, das juventudes no campo.

A crescente emigração das juventudes rurais apresenta consequências negativas para as vivências no campo, como a descontinuidade no processo de sucessão rural; o envelhecimento da população campestre - que afeta diretamente a capacidade produtiva do trabalho na agricultura familiar - e a masculinização no meio rural. Segundo Abramovay (1998), as mulheres estão deixando o campo antes e em uma proporção maior que os homens. Vale salientar que, apesar da pesquisa da autora ter sido realizada há quase 20 anos, a tendência de migração das jovens se mantém. As causas serão explicitadas mais adiante.

No cenário de (im)permanência das juventudes no campo destacam-se alguns aspectos que podem apresentar pistas das motivações e contextos que têm possibilitado e fortalecido a continuidade no campo, ou contribuído, e até estimulado, o deslocamento desse grupo para as áreas urbanas. O que se segue são elementos que se relacionam com essa dinâmica, a partir das experiências e realidades do grupo de jovens participantes desta pesquisa.

CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Os garotos e as garotas participantes da pesquisa têm como principal composição de núcleo familiar a mãe, o pai e os irmãos. Em alguns casos, esse coletivo é ampliado, com a inclusão de primos(as), padrastos, avós, bisavós e sobrinhos(as). Uma das jovens participantes da pesquisa mora apenas com a filha, e outro, que divide a moradia entre as áreas urbana e rural, tem a companhia dos pais e irmão no campo, dividindo apartamento com amigos na cidade.

Em geral, a convivência com a família é narrada como uma experiência respeitosa e harmônica, baseada no diálogo, na partilha, no afeto, na resolução coletiva dos problemas, no exercício da escuta e na compreensão mútua. O lugar da família parece ser importante para a formação das suas identidades de forma individual e coletiva, na perspectiva de grupo que incide politicamente sobre o real e capaz de influenciar politicamente o entorno. As narrativas apontam para o prazer e a alegria de conviver com pais, mães e irmãos. Em alguns casos, a contribuição dos(as) jovens com suas ideias e opiniões termina

por estimular a reflexão e o engajamento dos familiares na vida política. Quando questionados sobre aspectos relevantes na relação com suas famílias, destacam a capacidade de diálogo como um diferencial.

“A gente consegue conversar sobre diversos temas que outras pessoas acham que é tabu. Por exemplo, sobre política, a concepção de política que a maioria das pessoas tem: que política só é pra dar assistência. Não sabem que política é participar, e participar ativamente.... Às vezes eles (os familiares) absorvem e quando eles estão conversando reproduzem meu discurso também para outras pessoas. Eu fico muito feliz com isso”.

“Eu acho que é a capacidade de escutar. Às vezes de escutar o que o outro tem para dizer... às vezes se colocar contrário a uma opinião que alguém tem na família... mas, aí vão construindo ideias, diálogos que vão resolvendo os problemas, os conflitos que têm dentro de casa, os pequenos conflitos. Eu acho que a capacidade de escutar mesmo e de construir possibilidade na relação”

Nas entrevistas também se identificou relações conflituosas ou sem vínculo afetivo com pais, sobretudo, em função de práticas machistas e violentas, ou pelo distanciamento destes. Nessas situações, os(as) jovens relatam boas relações com suas mães.

“Com meu pai a relação não é boa. Ele é muito violento, gostava de bater na minha mãe, gostava de bater na gente também, aí, a minha relação com ele não é muito boa”

Quanto ao trabalho na agricultura, é possível identificar que os(as) participantes da pesquisa contam com o apoio e incentivo dos familiares, entretanto, há casos em que a mãe e/ou o pai, ainda que queira estar próximos fisicamente, compreendem que o trabalho na agricultura é mal remunerado, de exploração (quando a família não tem acesso à terra), e, portanto, veem no trabalho fora do campo uma oportunidade melhor. Em outros casos, os pais apostam na agricultura enquanto única fonte de renda possível para a família, inclusive, para os(as) próprios(as) jovens.

“Eles apoiam (o trabalho do jovem na agricultura) porque não querem estar longe de mim e tal, mas em relação a trabalhar na agricultura... é como se não desse lucro, então trabalhar fora dá mais lucro do que na própria propriedade”

“Eu acho que, desde meus tataravós, todos são agricultores. Eles veem a agricultura como uma fonte de renda mas também como um prazer. Todo mundo lá em casa tem uma relação muito boa com a agricultura e incentivam que os filhos continuem, mas é claro que alguns vão seguindo rumos diferentes. Uns querem permanecer com a agricultura, outros querem permanecer no campo mas trabalhar com outras coisas, por exemplo, ser professor, psicólogo ou assistente social. Querem estar ali, no campo, mas não necessariamente dentro do sistema produtivo, mesmo assim vão estar de alguma forma contribuindo com aquela comunidade”

“É por esse motivo (apoio) que eu estou fazendo um curso superior voltado à área, no campo da Agronomia”

A família incentiva fortemente o estudo. Entretanto, embora alguns pais e mães percebam a escolarização como uma possibilidade de qualificação para as atividades do campo, outros apostam nos estudos dos filhos e filhas como uma alternativa para que alcancem outros postos de trabalho. Essa perspectiva está ancorada na busca por melhores remunerações, e, sobretudo, pela percepção de que “ser alguém na vida” ou “melhorar de vida” implica, necessariamente, no distanciamento do trabalho no campo.

“O meu pai não fez nem a quarta série, nem minha mãe, só que eles incentivam muito...Eles sentem até orgulho porque na minha família não existia uma tradição de seguir nos estudos. Você faz até o ensino médio e para, mas eu cheguei e tô quebrando esse histórico da família. Eles sentem até orgulho disso, e me incentivam cada vez mais”

“Você tem que estudar pra você ser alguém, se você não estudar, você vai ser igual ao seu avô, que não estudou, e que hoje em dia tem uma aposentadoria com muita batalha... Se você estudar, você vai ser alguém na vida. Esse era o incentivo que eu tinha”

“Eles falam que a agricultura é muito importante porque nos dias que estamos vivendo a agricultura ajuda muito”

“Sempre apoiaram o estudo, não queriam me ver trabalhando na roça, com serviço pesado, sempre quiseram ver os filhos estudando pra tentar garantir um futuro com uma qualidade de vida melhor do que a que eles passaram. Meus pais sempre dizem isso”

Apesar do considerável potencial de influência dos jovens na forma dos familiares próximos verem o mundo, a autoridade dos mais velhos se mantém sobre as decisões do grupo familiar.

Nos relatos, as tomadas de decisão são de responsabilidade dos adultos, embora, em algumas situações, os(as) jovens sejam consultados(as). Frequentemente, estes são comunicados(as) quanto às possíveis mudanças ou deliberação das questões familiares.

“Meu pai, minha mãe, minha avó, eles tomam decisão! Eu fico só escutando”

“Se eles decidirem que vão fazer uma nova plantação e tal, algumas vezes eu fico ciente disso, e eu opino ‘é uma boa plantação, e tal...’ e algumas vezes não”

“Antigamente tinha aquela história que meu pai só decidia as coisas sozinho. Hoje em dia não, as coisas mudaram mais. Quando ele tem algum plano, alguma coisa, ou quer fazer algo, ele chega em casa, conversa com todo mundo, diz o que se trata, e apresenta para todo mundo o que ele vai fazer. Geralmente é assim”

No que se refere ao sistema produtivo, a juventude tem participação ativa no trabalho que é dividido entre os familiares. Embora, em alguns casos, os(as) jovens não tenham a responsabilidade principal com as atividades da produção. Frequentemente eles(as) são corresponsáveis por estas, seja nas etapas do plantio, do manejo, da colheita ou ainda na criação de animais. Essa também é uma realidade para os garotos e as garotas que têm outras atividades, como estudo e/ou trabalho fora da unidade produtiva.

“Meu pai e minha mãe participam mais do plantio e do manejo, e eu participo mais da colheita”

“O trabalho é dividido entre minha mãe, eu, e meus irmãos. Todos trabalham cuidando das criações e do plantio”

“Quem fica responsável pelas plantações diretamente é meu pai e minha mãe, as criações é responsabilidade minha”

RELAÇÕES DE GÊNERO

Há no Brasil cerca de 14 milhões de mulheres vivendo no campo, segundo dados do Censo do IBGE de 2010. Como em outros espaços da sociedade, a vida das mulheres rurais está marcada pela desigualdade de gênero, pela carência de oportunidades, pela dependência econômica e pela falta de autonomia. Essas situações excludentes subjugam as mulheres, o seu trabalho, a sua força produtiva e econômica, e impedem o exercício pleno de seus direitos.

As desigualdades de gênero estão ancoradas nas relações de poder entre homens e mulheres, as quais se conformam e são mantidas nos espaços de convivência. Assim, é preciso visibilizar o aspecto relacional das desigualdades, percebendo-as como construção social e cultural das sociedades, portanto, com potencial de serem reconfiguradas, já que a cultura não é estática e se apresenta como algo capaz de dar significados às ações e ao mundo.

Para as jovens mulheres do campo esse cenário não é diferente. De forma geral, elas estão submetidas às práticas machistas e misóginas que são impostas pelo patriarcado em diversos espaços de sociabilidade, determinando a elas a reprodução de papéis sociais marcadamente inferiores. Ainda que seja possível identificar avanços na discussão e no enfrentamento das desigualdades de gênero nas sociedades contemporâneas, essa prática ainda é realidade para as mulheres camponesas.

O espaço público continua sendo, prioritariamente, destinado aos homens, enquanto que para as mulheres o que está posto é a divisão sexual do trabalho nas propriedades rurais, ancorada na desvalorização do seu trabalho (comumente considerado como ajuda e cuidados, quando se trata também de atividades de plantio, manejo, colheita, criação e assistência às crianças e às pessoas idosas). Além disso, o trabalho reprodutivo – aquele que se dá na esfera doméstica e não assalariado - ainda é majoritariamente exercido por elas. Em áreas rurais, segundo o IBGE, o índice de mulheres que cuidam de afazeres domésticos chega a 90,8%, com a dedicação de 26,1 horas semanais, e corresponde a 43,1% para os homens, com a dedicação de 10,2 horas semanais.

Apesar do avanço do debate sobre desigualdades de gênero, bem como sobre necessidade de enfrentamento das situações de subjugação, esse papel social continua sendo demandado e reproduzido também pelas jovens mulheres.

“Quando eu estou em casa, eu faço! Ajudo a minha mãe, mas durante a semana é ela quem faz, porque eu estou o tempo todo na escola. Quando eu estou em casa à tarde sou eu quem faço. O meu irmão não ajuda. Certa parte que ele ajuda arrumando a sala ou o quarto dele, mas, além disso, ele não faz mais nada”

“Lá em casa todo mundo, geralmente, colabora. Pai vai pro roçado, mas também têm as pessoas que vão ajudar ele, têm meus irmãos, mãe também ajuda ele. Às vezes ele ajuda nos serviços de casa, mas não é com tanta frequência como ela faz. Às vezes ela fica até reclamando que é dupla jornada, ela faz lá e faz cá, e às vezes não tem ninguém que ajude lá”

“E a parte de casa, assim, lavar roupa, louça, e cozinhar é nós duas (eu e mainha). Meu pai e meu irmão não fazem nada, nada, nada! A casa cai, por eles”

“Assim, na verdade não, porque eu fico mais na parte do campo. Aí eu não frequento bem o trabalho de dentro de casa não”

Outro fator marcante nas relações desiguais entre homens e mulheres no campo é a violência doméstica. Apesar do crescente debate nacional sobre o tema, do avanço no marco jurídico - sobretudo, com a aprovação da Lei Maria da Penha (no 11.340/06) -, e de programas e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, essa ainda é uma realidade vivenciada pelas camponesas, que enfrentam cotidianamente as diferentes expressões da violência de gênero. Notadamente, as formas de reprodução do patriarcado no espaço rural naturalizam os abusos, tornando as mulheres vítimas de violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.

Embora o fenômeno da violência contra as mulheres do campo tenha sido pouco pesquisado cientificamente, já é sabido que há uma subnotificação desses casos, incrementada pela quase inexistência de Delegacias de Mulheres e de infraestrutura de enfrentamento à violência de gênero nas áreas rurais.

Essa realidade se aplica também às jovens mulheres camponesas, que além de sofrerem os mesmos abusos e violações, são, em geral, as principais vítimas do tráfico de mulheres e da exploração sexual.

Diante desse quadro, os impedimentos para a permanência das jovens no campo se agravam, especialmente, pela situação excludente a que são submetidas. A falta de oportunidades

de trabalho e a não participação das mulheres nos processos sucessórios as distanciam da herança potencial dos bens, sobretudo, da herança da terra. Além disso, comumente as jovens mulheres são alijadas das experiências de participação social. Em geral isso ocorre em função da concepção patriarcal de pais e mães, que atribuem quase que exclusivamente aos homens o papel da representação e da ocupação dos espaços de articulação política.

A pesquisa, por sua vez, reforça esse entendimento quando em seus resultados traz relatos tanto de fuga das jovens em busca de outras oportunidades, como de saída negociada para trabalhar em outras atividades como os empregos domésticos nas áreas urbanas.

“Fui morar na cidade em busca de trabalho e passei um ano e meio como passadeira de uma lavanderia e quatro anos e meio como empregada doméstica”

Embora as pesquisas apontem para a maior presença das jovens mulheres nas instituições de ensino, o trabalho dos jovens homens ainda é mais valorizado. As relações de gênero continuam determinando as possibilidades de permanência no campo, explicitados, por exemplo, no fato de que a perspectiva de continuidade e sucessão do trabalho rural por parte dos pais está depositada, quase que exclusivamente, nos jovens homens.

EDUCAÇÃO

No Brasil, as políticas para a educação no campo foram fortemente influenciadas pelo modelo de colonização exploratória, que nega direitos a uma parcela da população, restringindo-lhe o acesso à educação pública de qualidade. Leite (1999, p. 14) afirma que:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

Os programas de escolarização do meio rural, estimulados pelo movimento migratório, tinham como objetivo contribuir para a permanência de homens e mulheres no campo. Contudo, é somente a partir do movimento de educação popular, que se inicia um processo de discussão da educação rural considerando a existência do sujeito de direito nos processos educacionais. É válido lembrar que o movimento de educação popular apresenta uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas. (PALUDO, 2001, p. 82)

Com a redemocratização do país, a educação no campo entra em pauta como tema estratégico. A ideia era reivindicar e, simultaneamente, construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses. (SECAD, 2007, p.11)

Essa perspectiva foi forjada pelas iniciativas de diferentes movimentos sociais, que a partir de suas próprias experiências, construíram modelos de educação referenciados nos saberes locais e nas especificidades identitárias, considerando tempos e dinâmicas próprias. Essa construção influenciou na orientação das políticas públicas de educação para o campo, contribuindo para a experimentação de novas formas de acesso e de permanência na educação formal das juventudes camponesas. Entretanto, há grandes desafios para superação da visão urbanocêntrica, como lógica homogeneizadora a partir do urbano, que orienta as propostas de educação no campo, ainda predominante nos espaços escolares, que reproduzem os formatos e as metodologias urbanas. Esses desafios estão apontados nas experiências do grupo de jovens ouvidos na pesquisa ‘Permanência das Juventudes no

Campo’, que reafirmou a distância entre os projetos políticos pedagógicos das escolas do campo e as vivências da população rural. Os depoimentos continuam apontando para o fato de que as escolas não valorizam as identidades existentes no campo nem a potencialidade do trabalho na área rural.

“Primeiramente, o que falta é uma educação contextualizada que mostre que aquele sujeito consiga sobreviver no campo de forma independente...”

“Não só a minha escola como as escolas do Brasil, elas têm uma metodologia educacional que incentiva os jovens a saírem do campo, e isso é fato! O próprio fato do professor em sua aula falar para o aluno que ele deve se formar, ter que ser um doutor e ser empresário ou alguma coisa e ir pra cidade, porque só assim ele vai ter qualidade de vida, já é um fato que desmerece o campo, e isso acontece sempre na minha escola, por exemplo”

No que diz respeito ao acesso à educação no campo é possível encontrar grandes lacunas, sobretudo, para as séries subsequentes ao ensino fundamental II (Ensino Médio, Técnico, Superior, Pós-graduação). Na maioria das vezes, as escolas situadas nas comunidades rurais oferecem apenas os anos iniciais (Ensino Fundamental I), obrigando aqueles(as) que passaram desta etapa a buscar continuidade dos estudos em áreas urbanas.

Além disso, outro dado relevante para esse debate é o crescente fechamento de escolas no campo, além da chamada nucleação (quando várias unidades escolares são concentradas em uma única escola-pólo, dificultando processos de aprendizagens e de sociabilidade entre crianças, jovens e suas comunidades). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015), apenas em 2014, 4.084 escolas do campo foram fechadas em todo país, demonstrando o fracasso da política educacional proposta para o campo aliado à falta de investimento das prefeituras municipais, responsáveis pela política pública de educação para as séries iniciais.

Outro aspecto destacado nas entrevistas foi a precariedade das unidades escolares existentes no campo, que diz respeito tanto à estrutura física, quanto aos aspectos pedagógicos. Na pesquisa, a única exceção apontada se tratou das experiências com as universidades que ofertam cursos específicos relacionados aos saberes da terra e da natureza.

“A universidade que eu estudo tem fortes núcleos de trabalho com agricultura familiar, ela não incentiva apenas a produção de larga escala, porque o curso de agronomia também requer esse conhecimento. A própria universidade também tem espaços que contribuem com essa formação na perspectiva de trabalhar no campo com agricultura familiar”

“Na rua (cidade), a gente também tem mais informações, mais diálogo... o aprendizado é mais avançado para um vestibular, uma prova, um concurso”

“Estudei no campo, mas uma coisa que está acontecendo muito é que as escolas rurais estão fechando, e foi o que aconteceu com a escola que tinha na minha comunidade. Eu estudei lá até a quinta série... as outras crianças, os outros jovens, não tiveram mais a oportunidade de estudar naquela escola, porque a escola fechou e a prefeitura não deu nenhuma justificativa do porquê tinha fechado. Os pais se sentiram muito incomodados com a situação, porque eles tinham uma rotina de levar o filho ali na escola, que é ali na comunidade mesmo, voltar e ir fazer as atividades do dia a dia, mas como a escola fechou e foi transferida pra cidade, eles agora têm que levar e trazer, então isso acaba prejudicando a rotina que a comunidade tem... às vezes tem que andar metros e até quilômetros pra pegar o ônibus, porque ele não passa lá, porque é área de difícil acesso pra ir pra escola e isso acaba desestruturando toda a rotina da família”

“Terminei o ensino médio, aí passei quatro anos sem estudar, pelo fato de que na cidade não oferecia faculdade ou cursos técnicos, só tinha em Serra Talhada, e aí a dificuldade é bem maior, pois também sem emprego não tinha como conciliar nada, como é que você vai pagar o curso? Como você vai pagar o transporte?”

O acesso às escolas rurais possibilita aos jovens a oportunidade de estudar perto do seu local de moradia, exigindo menos tempo (e gastos) com deslocamentos; de estar próximos (as) de suas famílias e usufruir das relações comunitárias; e de vivenciar de forma harmônica os horários e dinâmicas do trabalho no campo.

“Hoje em dia eu percebo que não foi positivo estudar na cidade, porque eu perdi muitas coisas da comunidade que eu vivia, muitas coisas eu vim conhecer agora, as raízes, a cultura, as brincadeiras que as crianças tinham de antigamente. Hoje eu conheço porque estou na área da educação, então eu tenho que conhecer a comunidade onde eu vivo, mas era para ter sido ensinado desde criança”

“O que há de ruim é essa distância da escola em relação à comunidade, porque a escola está distante da comunidade, então cria uma relação de separação, e isso é ruim”

Ademais, as experiências relatadas por quem está nas escolas urbanas também apontam para uma série de dificuldades estruturais e pedagógicas. Frequentemente, os(as) jovens do campo que estudam na cidade são considerados(as) menos preparados(as) e com condições inferiores de aprendizado. Além disso, ou mesmo por isso, esses espaços educacionais limitam as possibilidades de formação para os(as) jovens do campo, na medida em que reforçam o ideário dicotômico de que o campo só oportuniza agricultores(as) ou profissionais do magistério, sendo necessário ir para os centros urbanos se os(as) estudantes quiserem investir em outras áreas.

“Eu acho que na educação da cidade eles visam muito que quem morar no campo não dá muito certo, não tem um bom futuro, que quem vive no campo é um jeca, não tem leitura. Na cidade eles ensinam muito isso! Hoje em dia está mudando, porque alguns professores que já vêm do campo pra ensinar na cidade ensinam que não é bem assim, tem gente do campo que é intelectual, vamos dizer assim...”

“O curso que eu estudo até hoje o pessoal suspeita se eu sou agricultor ou não. No primeiro dia de aula eu disse que era agricultor, todo mundo ficou espantado (risos)”

“Sempre é só tocado em estudar e sair pra trabalhar fora. Na escola em que eu estudei, sempre tinha a inscrição pra ir à Suape. Lá você estuda que é um novo mundo, mas quando você chega lá, que vai fazer outra visita, é totalmente diferente”

Um elemento relevante a ser considerado é a inadequação entre as propostas pedagógicas e conteúdo curricular às realidades das juventudes do campo. A ausência de diálogo e valorização das vivências, expectativas e saberes dos(as) jovens constroem e fortalecem uma educação descontextualizada, burocrática e sem significados.

“O conteúdo dos parâmetros curriculares que eles pedem vai além do que a gente vive, porque pra quê nós sabermos da segunda guerra mundial, se a gente tem que saber como é que o coentro é colhido? Como é que o coentro é plantado? É o que realmente a gente vive! ... Acho que a gente tem que saber o que aconteceu na segunda guerra mundial, mas não é menos importante do que o coentro que a gente planta no quintal”

“A nossa realidade é totalmente diferente da que a gente estuda, os conteúdos têm muito mais a ver com o urbano do que com o rural”

“Essa história da educação contextualizada que não tem, a escola está sempre buscando mostrar que a cidade é o lugar melhor para se viver, onde a gente vai se desenvolver plenamente, e que o campo nada tem a nos oferecer. Essa escola erra quando passa a valorizar algo que está lá fora ao invés de valorizar o que está dentro da escola, que é a cultura de cada jovem, que vem de comunidades diferentes daquele município”

Outro aspecto dificultador da frequência escolar, identificado na pesquisa, é a relação com o transporte escolar, que, em geral, é escasso e de má qualidade - com veículos sucateados e superlotados. Além do mais, a qualidade precária das estradas e a descontinuidade na oferta do serviço desse transporte dificultam, significativamente, o acesso e a permanência de jovens nas escolas.

“Nem sempre tem transportes, e quando pega um emprestado as estradas estão todas ruins... a pessoa passa mais tempo em casa, ou se quiser ir pra escola, vai ter que ir a pé. Quando consegue chegar à escola, às vezes, o professor não chega, porque o carro do pessoal também está engasgado no caminho, também quebrado, isso já aconteceu muitas vezes, a gente ir pra escola, e esperar, esperar e esperar, e o carro ter atolado. Eu cansei de chegar em casa à noite, quando vinha da escola, duas, três horas da madrugada, com o carro quebrado no meio do caminho”

“Você se deslocar todos os dias, acordando tal hora pra estudar na rua e voltar, é cansativo. É uma coisa que você poderia fazer, e ter qualidade, na sua própria comunidade”

“Ultimamente, o ônibus que eu ando nele está se quebrando, quase toda semana ele está quebrado, agora o motivo, a gente não entende o porquê: quando não é a porta, é um pneu, a porta fica querendo se abrir de vez em quando. Às vezes, o ônibus é muito cheio, fica muito perigoso os alunos ficarem ali na porta, porque ela pode se abrir”

A pesquisa revelou também o desejo dos(as) jovens de continuarem estudando, de estarem em permanente formação. Esta intenção se volta tanto a formação acadêmica, quanto a perspectiva de atualização e troca de conhecimentos de saberes locais.

“Antes o meu pensamento era de que as pessoas tinham que estudar, ter realmente uma formação acadêmica e tal, mas eu acho que o mais importante é o conhecimento do manuseio, porque a gente sabe que quando vive no campo tem mais experiência do que quem tem uma formação acadêmica”

“Eu acho que o jovem nunca deve parar de estudar. O ensino serve pra complementar o conhecimento, mas você, ao longo da vida, tem que estar se atualizando das informações”

“Eu acredito que estudar é uma coisa que a gente tem que fazer até o fim da nossa vida, porque o conhecimento nunca acaba. Por que eu terminei o Ensino Médio, eu não tenho mais nada pra aprender? A vida é um aprendizado! Então, eu acho que a gente tem que estudar sempre, enquanto a gente tiver essa força de vontade de buscar conhecimento, buscar coisas novas, enquanto a gente tiver a gente deve estudar e buscar conhecimento”

TRABALHO E RENDA

Para explicitar as mudanças ocorridas em relação ao trabalho no campo é importante destacar os principais fatores que provocaram, em período recente, alterações em suas dinâmicas: os processos de mecanização do trabalho rural, o avanço do agronegócio e a ampliação da lógica do capitalismo agrário. Tal conjuntura, potencializada pela histórica situação de desvalorização das vivências e do trabalho no campo, transformou o cenário campesino em um lugar ainda mais desfavorável para as juventudes, exigindo novas configurações, assim como novos enfrentamentos, sobretudo, no que diz respeito à exploração da mão de obra de jovens.

Importa também destacar que, ao longo da história, o trabalho de mulheres e jovens é invisibilizado ou considerado secundário do ponto de vista da relevância na composição financeira da família. Na agricultura familiar, em especial, esse trabalho se configura como uma “ajuda” ou como complementação do trabalho de homens adultos. Essa característica doméstica do trabalho de jovens e a ausência de remuneração direta aparecem como fatores limitadores no trabalho dentro das propriedades rurais, contribuindo para impulsionar sua saída do campo em busca de outras oportunidades.

É nesse desenho de ausências de expectativas para desenvolver o trabalho na agricultura e, sobretudo, com a necessidade de buscar melhores condições de vida, que as juventudes rurais procuram outras oportunidades de trabalho, fora do campo. Para os homens jovens, frequentemente mais requisitados para exercerem funções que se relacionam com a força física, são ofertados postos em agroindústrias e na colheita das monoculturas. Essas oportunidades de trabalho estão, em geral, disponíveis em outras cidades, afastando os jovens do convívio familiar e expondo-os a situações de violência, insegurança no trabalho e baixa remuneração.

As mulheres jovens, além de vivenciarem a falta de oportunidades e as desigualdades de gênero no campo, também não correspondem ao contingente de mão de obra requisitado para esse “novo arranjo” do espaço rural. Desta forma, é comum que elas se mantenham na área rural e assumam funções ligadas ao magistério ou sejam obrigadas a sair do campo para engrossar fileiras do subemprego nas cidades, em fábricas ou no trabalho doméstico.

“Eu morei durante um ano em Santa Cruz do Capibaribe e comecei a trabalhar em fábrica, aí eu não me dei, porque eu tenho asma, por causa do pelo da linha. Também trabalhei em uma lanchonete por seis meses fazendo bolo e torta... E eu não gostava de lá, porque o meu ramo mesmo é sítio”

Entretanto, no coletivo de jovens escutado nesta pesquisa foi possível identificar menor interesse pelo trabalho fora das propriedades rurais, seja pela insalubridade, por pouca remuneração ou pelo próprio distanciamento da convivência familiar e comunitária. A perspectiva diferenciada observada no grupo pesquisado tem forte contribuição da agroecologia, a qual aposta em uma dimensão integral de vivência no campo, onde o manejo ecológico dos recursos naturais e a forma de ação coletiva - desde a produção até a circulação dos produtos - sejam capazes de integrar as pessoas e a natureza de forma harmônica e sustentável.

Assim, as experiências ancoradas na perspectiva da agroecologia têm permitido às juventudes envolvidas novas possibilidades e expectativas, especialmente, em relação à geração de renda a partir de uma produção sustentável, por se tratar de uma forma mais eficaz de produção, mais justa em termos da distribuição de renda, com prevalência do interesse coletivo através das experiências de parceria e colaboração entre os produtores agroecológicos.

O trabalho das juventudes na perspectiva agroecológica valoriza o uso de insumos naturais, considera os ciclos biológicos, assegura a conservação da água e do solo, aproveita espaços ociosos para a produção de alimentos e incentiva a economia solidária. Esses fatores influenciam diretamente na melhoria da qualidade de vida e na renda dos jovens e de suas famílias. Tais situações também fortalecem e valorizam o trabalho no campo e a identidade camponesa, se constituindo enquanto elemento central para a permanência das juventudes na área rural.

“Hoje em dia a gente está começando a observar que o trabalho da venda dos produtos agrícolas cresce a cada dia. A gente sabe que não é do dia pra noite que a gente vai ganhar milhões, mas, a gente observa que a cada semana que vai na feira e vende, sempre vem um dinheirinho a mais. O negócio tá dando certo!”

Na pesquisa, também foi possível observar que, para aqueles(as) que têm alguma fonte de renda em outras atividades, há um investimento de valores adquiridos para potencializar a produção nos agroecossistemas e no beneficiamento da produção, através da compra de sementes e insumos.

“Eu invisto na produção. Minha mãe está mais no manuseio que eu, pois só tenho tempo quando eu chego à tarde... Eu sempre vou tirar desse outro recurso que eu tenho pra fazer a compra do material que precisamos”

Ainda em relação à geração de renda, é possível perceber, pelos depoimentos, que as famílias têm acessado programas de empréstimos e financiamentos para potencializar a produção no campo, ofertados, em especial, pelo governo federal, mesmo que de forma insuficiente e/ou irregular.

“Acessamos o programa de crédito Pronaf. Se não me engano já é a segunda ou a terceira vez”

“Meu pai, já fez um financiamento pelo Banco do Nordeste, que foi utilizado na criação de animais (de gado), mas já faz um tempo. A gente teve o acesso pela primeira vez, e quando a gente conseguiu quitar a parcela e foi fazer novamente, a gente não conseguiu”

ESPORTES E LAZER

A vivência do lazer para as juventudes rurais está associada a duas questões centrais: uma diz respeito à ausência de locais de convivência específicos para as juventudes, pois a oferta desses espaços, além de escassa, se dá com muito mais frequência nas áreas urbanas das grandes cidades; e a segunda se relaciona com a crescente tendência de privatização dos espaços de lazer, que requer das juventudes condições financeiras para acessá-los, seja para deslocamentos e/ou para arcar com custos de ingressos.

“A minha comunidade tem um problema que geralmente os jovens que vivem lá ficam muito sem ter o que fazer, assim...não tem um lugar específico que o jovem possa se encontrar, um lugar pra jogar bola, pra jogar dominó, pra estudar, pra conversar... não tem um espaço de interação dos jovens. Então, eu diria que o meu tempo, eu fico assim, mais em casa”

“Quando chega o fim de semana, a gente fica sem opção, se não tiver o dinheiro pra você se locomover pra cidade mais próxima, você não vai pra lugar nenhum, fica no sítio mesmo”

As políticas públicas voltadas às práticas desportivas e ao lazer são escassas, precarizando a oferta, a possibilidade de escolhas, desperdiçando a essência formadora das possíveis vivências, construtora de sociabilidades e de identidades que atividades dessa natureza proporcionam. Como diz Brenner:

É preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial da construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais (BRENNER et al, 2005, p. 176).

A experimentação do lazer aparece como uma questão que frequentemente tem empurrado as juventudes para os centros urbanos, e, em alguns casos, fortalecido nesse grupo a perspectiva de que o campo é o lugar da escassez e do atraso.

“Não tem o que fazer para ter um lazer, é difícil ficar em casa...Às vezes a gente combina com os colegas, sai, vai pro shopping. A gente vai pra uma lanchonete, sorveteria essas coisas...”

“Tem muito final de semana que você vai procurar os jovens daqui e eles estão todos nos bares, porque aqui mesmo não tem nada”

Nos depoimentos, a prática do lazer é vivenciada de forma esporádica e aleatória. Em geral, os espaços são aqueles que se relacionam mais diretamente com a natureza (praia, outros sítios, montanhas) e as casas de outros parentes. Assistir filmes, ouvir músicas, acessar internet, jogar futebol e andar de moto foram outras atividades citadas pelas juventudes. Para alguns(mas), a atividade de lazer é estudar, dormir e participar de atividades políticas.

“Vou pra casa da minha avó, e vou à praia”

“No momento, o lazer é só estudar mesmo...Quando eu tô sem fazer nada, a gente tem um grupo lá de pessoas que não se contentam com a situação da política, aí a gente vai conversar sobre política, sobre participação, é só um lazer”

“Às vezes, eu tô dormindo, e às vezes eu tô com minha sobrinha em casa, ou vou pra casa da minha avó, do meu irmão...”

“A gente tem um ponto turístico na nossa comunidade, que eu gosto muito de visitar que a gente batizou de cruzeiro. É uma formação montanhosa que tem um pico muito bonito... é uma área que eu gosto. De lazer são as festas mesmo na região, como todo jovem, eu gosto de ir pra festa, gosto de me divertir com meus amigos”

Quanto aos desejos e as demandas das juventudes, a pesquisa revelou o anseio pelo acesso público e irrestrito a espaços adequados e equipados, com atividades sistemáticas para a prática de lazer das juventudes do campo. Ressalta-se que o espaço de lazer também está associado a locais próprios para o encontro e a convivência social, deixando evidente a importância do compartilhamento de experiências para o fortalecimento das juventudes enquanto sujeitos coletivos. O parque, a praça e espaços próprios para o exercício de esportes e de cultura (quadras poliesportivas e ofertas de cursos) foram citados enquanto desejo daqueles(as) que participaram da pesquisa.

“Eu acho interessante se tivesse oficina recreativa, tipo capoeira, grupo de teatro, incentivo ao cordel... seria interessante.”

“Deveria ter um espaço de lazer, poderia ser um campo de futebol, uma quadra esportiva, alguma coisa que fizesse os jovens aos finais de semana ficarem uns com os outros, isso é muito importante... também incentivo pra fazer festas juninas, os festejos culturais, uma coisa natural que atraia e envolva as pessoas, isso não existe! Aí todo mundo acaba ficando naquele ócio e vivendo lá por viver”

“Seria bom um local reservado só para os jovens conversarem, dialogarem e discutirem sobre vários assuntos, eu acho que tá faltando é um local adequado onde os jovens possam se encontrar. Na minha comunidade alguns jovens terminaram o ensino médio, uns saíram e foram pra Recife, outros foram pra São Paulo...”

“Precisaria de alguma coisa, sem entrada, mais direcionada para os jovens, porque na realidade não tem...que estivesse relacionada para fazer cursos, aula de dança, ou para os jovens se encontrarem...”

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E COMUNITÁRIA

As experiências de participação política e comunitária devem ser vistas com centralidade nos debates e reflexões sobre a garantia de direitos das juventudes camponesas, pois são, em grande parte, instrumentos de alcance de outras demandas, mas também, em sua essência, mecanismos de afirmação das juventudes enquanto sujeitos de direitos. Significa que a participação além de ser um direito fundamental, é uma das condições para a efetivação dos demais direitos.

A dinâmica da participação em processos de construção coletiva tem estimulado o protagonismo das juventudes nos cenários públicos, independente se os espaços de participação são institucionalizados ou não. Essa vivência política fortalece os vínculos comunitários e as relações com o território onde vivem, pois, em alguma medida, a valorização desse espaço e ampliação da qualidade de vida de quem nele vive são as principais motivações para o engajamento em coletivos políticos ou grupos comunitários.

A participação, portanto, estimula a integração com o território de origem, percebido enquanto local de produção, de vivência das afetividades, de manifestações culturais, do exercício da fé, da reivindicação política e da construção coletiva.

Para os(as) jovens participantes desta pesquisa a experiência da participação política se dá em diferentes espaços: nas associações comunitárias; em coletivos juvenis; nas igrejas e movimentos religiosos; em conselhos de direitos; em cooperativas; em grêmios estudantis; em coletivos de mulheres; e, em especial, a partir das Comissões Territoriais de Jovens Multiplicadores(as) da Agroecologia (CTJMA), que conta com a assessoria do Centro Sabiá.

“Eu sou coordenadora de um grupo de mulher e de um grupo jovem”

“Eu participo da juventude da unidade de beneficiamento de polpa. Esse grupo foi formado entre comunidades do nosso município, e aí a gente debate, e fica sempre relacionando o que a gente tem em comum, sempre repassando também, porque somos um grupo multiplicador, e o que a gente aprendeu a gente repassa...a gente aprende sobre como pode reaproveitar o que tem na nossa comunidade”

“Eu comecei participar tinha 16 anos, foi pelas CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), entrei no grupo de alfabetização de adultos, depois que eu entrei nunca mais saí. A gente vai discutir sobre o terreno do conselho da agricultura e do conselho municipal da criança... No final de semana a gente vai fazer repasse, vai conversar sobre o que está sendo discutido na Câmara Municipal, porque sempre alguém vai pra reunião da câmara dos vereadores, eu vou pra reunião do conselho, aí vai discutir o que fazer, quais estratégias tomar”

“Atualmente estou no grêmio estudantil que é uma coisa que está lá na cidade, mas consigo agregar os jovens que vêm das comunidades, então eu considero que esse seria um grupo que está na cidade, mas que pensa coisas, inclusive, pra própria grade curricular da escola, visando o campo. Eu acredito que foi a partir dele que eu comecei a dialogar com outros jovens que também estão organizados nas suas comunidades através de grupos da igreja, grupos de jovens, de dança...”

A participação das juventudes nos diversos espaços tem sido motivada por interesse em adquirir informações e conhecimentos, mas também por ser uma oportunidade de encontro com outros(as) jovens, em sintonia com a inclinação de estar frequentemente em grupos - que é própria desse período da vida - e ainda por grande desejo de contribuir ativamente com a mudança da realidade de suas comunidades.

“A vontade de fazer alguma coisa pela comunidade. Eu sempre gostei dessa história de política”

“Porque eu sabia que eu ia aprender muito mais. As pessoas no começo diziam: ‘tu só vai pra lá pra escutar a conversa, tu ganha o quê com isso?’ Sabe o que foi que eu respondi? Conhecimento! Não há coisa melhor do que isso!”

“Eu participei a primeira vez e me identifiquei bastante, porque tinha muito a ver com a minha realidade, e até hoje eu tô nele”

“Eu acho que foi e ainda continua sendo o desejo de fazer a diferença no lugar onde eu estou, podendo contribuir com a melhoria de vida da minha comunidade e automaticamente da minha vida também. Eu acho que foi esse desejo de transformação”

Nesses espaços os garotos e as garotas têm assumido atividades de articulação de outros(as) jovens; de formação; e também a tarefa de coordenação, direção ou presidência. São espaços de participação, que, de forma geral, se propõem a mobilizar

e fortalecer organizações juvenis; contribuir para ampliação e qualificação da gestão sustentável das atividades econômicas nas comunidades locais; e incidir na gestão pública através do controle social e da proposição de políticas públicas.

“Espero que eu possa trazer coisas novas para nossa comunidade reativar um grupo maior de jovens. Se isso acontecer um dia, acho que é uma conquista muito grande pra nós”

“O objetivo desse grupo é ter algo pra fazer que nos beneficie, que a gente possa manter e ter uma qualidade no campo também, pra gente mostrar que pode ter uma qualidade no campo reaproveitando o que a gente tem, reutilizando”

“O objetivo principal é atuar sobre o controle social e na formulação de políticas públicas, e que seja descentralizado, principalmente as decisões do governo, que não só o governo tome decisão, mas também a sociedade civil”

“A Comissão Territorial de Jovens Multiplicadores da Agroecologia também é um espaço muito importante para que a gente possa estar fortalecendo as pautas e demandas das juventudes, e também as necessidades de cada comunidade”

A experiência participativa é vista pelo conjunto de jovens como algo fundamental, tanto do ponto de vista da qualificação pessoal, quanto da capacidade de incidência em decisões que influenciam a vida de pessoas da mesma faixa etária e das comunidades rurais. Da mesma forma, reiteram que sua participação nesses espaços é alimentada pela realidade do campo. Assim, elaboram e reelaboram sua experiência formativa contribuindo de forma incisiva para a transformação da realidade a partir da participação política e comunitária.

“Eu acho que o papel do cidadão hoje é ter o controle social. A gente percebe que, aquela velha história de gestão que só o governo toma decisão, isso já é uma concepção ultrapassada, isso já não deve ir pra frente, a gente deve estar organizado e deve conhecer sobre leis, e diversos assuntos, pra quando chegar num espaço desse, a gente saber o que dizer, e saber a realidade local, não adianta a gente chegar lá e dizer coisas que a gente não aplica na realidade”

“Eu vejo como algo muito, muito importante, principalmente pra minha formação enquanto indivíduo, enquanto pessoa, enquanto ser humano, e, posteriormente, para a minha formação profissional, que vai continuar contribuindo muito pra isso, mas o que é o mais

importante é que esses espaços contribuem para o meu despertar enquanto jovem cidadão que participa, que cobra as políticas públicas para a juventude, que está ali dentro dos processos de formação dessas políticas, debatendo, apontando quais são as necessidades que os jovens têm no campo e na cidade... Então eu acho que esse espaço contribuiu muito para a minha formação em todos os sentidos”

Os(as) integrantes das Comissões Territoriais de Jovens Multiplicadores(as) da Agroecologia reafirmam a importância de construir, através dos espaços de participação política, condições para que as juventudes rurais tenham a possibilidade de viver dignamente nos seus locais de origem.

“Atualmente estou contribuindo na coordenação executiva do Fórum de Juventudes de Pernambuco e recentemente o Fórum conseguiu galgar uma grande demanda que foi a nossa representação dentro do Conselho Estadual de Políticas Públicas para a Juventude. Esse é um espaço extremamente importante para que os jovens possam dialogar diretamente com governo sobre as suas demandas, sobre as necessidades das suas comunidades e o que os jovens precisam para se desenvolver dentro dos lugares que nasceram, ou seja, no campo e também na cidade”

“Estou na diretoria como diretor presidente do grêmio estudantil, com a função de dialogar com os jovens representantes de turma, e também com a gestão da escola, principalmente nas coisas que são inerentes ao estado dos alunos... Tem o papel também de buscar conhecimento para além da escola para garantia dos direitos dos estudantes que estão dentro da escola, como também de toda a comunidade que está ao redor das escolas, e quando eu falo comunidade que está ao redor da escola, eu me refiro àquelas nas quais os jovens estão, que em sua maioria são as comunidades rurais. A escola tem um público muito grande de jovens rurais”

Parte do grupo entrevistado na pesquisa conta com o apoio e incentivo da família no que se refere à participação política. Esse incentivo se ancora na compreensão da importância desses espaços para a sociabilidade e para o crescimento pessoal dos(as) jovens e, em alguns casos, por serem também os pais e mães envolvidos(as) com as atividades comunitárias e participantes dos processos de assessoria técnica desenvolvidos pelo Centro Sabiá na comunidade. O apoio também se dá em função de resultados concretos percebidos pelos familiares.

“Eles aprenderam a me respeitar, a respeitar minha decisão, e hoje eles percebem a minha mudança em todos os sentidos, tanto no falar, quanto no agir...Hoje em dia eles apoiam, entendem que é um trabalho, que o que importa é o conhecimento e não o valor econômico que você tem”

“Eles apoiam, sim. O Sabiá vem fazendo um trabalho muito bom para nós agricultores, e na verdade meus pais incentivam, porque através do Sabiá hoje a gente tem muitas conquistas, então eles incentivam muito, porque, na verdade, vale a pena, né?”

“Eles sempre apoiaram, e depois quando eu fui me envolvendo em outros coletivos de juventude foi que eles começaram a ter orgulho mesmo. Algumas pessoas chegam pra mim, da minha família: ‘Menino, da nossa família tu foste o único que está se envolvendo nas coisas, que está aprendendo, conhecendo!’”

Os casos onde não há apoio familiar para participação política normalmente ocorrem em função do descrédito com os processos ou pela cobrança para que os(as) jovens utilizem seu tempo em outras atividades, e, principalmente, na convivência familiar.

“Às vezes, ela diz que é uma perda de tempo, mas pra mim não é porque eu estou tendo novas experiências, novos aprendizados, e são experiências maravilhosas”

“Alega por conta de não ter tempo de ficar com eles...também não impedem, alegam apenas a ausência, e estar com pouco tempo para a família”

Ainda assim, os depoimentos apontam mudanças e novas perspectivas, assumidas com contribuição ou até mesmo em função de sua participação política e comunitária. Tratam-se de definições das trajetórias profissionais; da qualificação técnica em diferentes áreas, em especial da agroecologia; de maior compreensão e reivindicação sobre direitos e políticas públicas; de oportunidades para novas experiências de sociabilidade; de mais experiência em questões administrativas e burocráticas; e também, da ampliação da renda familiar.

“A minha formação profissional é uma das mudanças, né? E o conhecimento na área da agricultura que antes eu tinha só a teoria, hoje eu conheço a prática também”

“Passei a ser mais conhecido, passei a aprender coisas novas aqui, tinha coisas que eu não sabia, a partir desse momento eu comecei a desenvolver novas atividades, em algumas, principalmente, em questão de leis, que a gente que mora no sítio não entende praticamente nada de lei”

“A renda extra da minha família, a conscientização de que as frutas podem ser aproveitadas...”

“Hoje eu já não me detenho muito a ficar só ali e fazer o meu trabalho não, hoje eu tenho uma participação ampla, faço a participação da presidenta, do tesoureiro, eu recebo dinheiro eu sei da contabilidade, eu sei dos problemas que estão acontecendo na associação, os documentos da presidenta, eu tenho uma ampla função, vamos dizer assim...”

ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A inclusão efetiva das juventudes no cenário político na perspectiva da garantia de direitos é uma conquista recente, mas resultado de lutas travadas há vários anos. Apenas em 2010, com a aprovação da PEC da Juventude (Proposta de Emenda à Constituição), inicia-se um marco legal que atenta especificamente para jovens com idade entre 15 e 29 anos, incluindo-os(as) no texto da Constituição Federal como prioridade de Estado, assegurando direitos básicos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

No ano de 2013, esses direitos ganham um grande reforço com a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.582 / 2013), a qual define princípios e diretrizes para as políticas públicas de juventude. Nele, estão assegurados aspectos que se relacionam com as realidades de vida dos(as) jovens do campo e da cidade, a partir da descrição de 11 direitos.

No recente cenário de conquistas na legislação, é imprescindível reconhecer e reafirmar as violações de direitos que teimam em persistir. É preciso considerar que a experiência de participação política das juventudes é recente, especialmente, as do campo, às quais ainda vivenciam limitações em relação à existência qualificada e suficiente de espaços institucionalizados de diálogo com o poder público para a exigibilidade de direitos. Mesmo assim, as juventudes rurais seguem explicitando as suas insatisfações, bem como a necessidade de organização, construção de estratégias e pautas para a garantia de seus direitos.

Diante desse quadro, os(as) jovens participantes da pesquisa afirmaram as mesmas dificuldades de acesso e falta de conhecimento sobre as políticas públicas já asseguradas e explicitadas nos estudos sobre o tema. Contudo, foi possível identificar nas falas o conhecimento sobre alguns programas

como: i) o ProJovem Campo, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares que não concluíram o ensino fundamental; ii) o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec e, iii) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para jovens – Pronaf Jovem.

Dentre os programas de conhecimento dos(as) entrevistados(as) foi possível identificar algumas questões que limitam o acesso das juventudes do campo às políticas públicas, estando, sobretudo, relacionadas à falta de informação adequada e qualificada, à escala e a oferta de programas, além da burocracia enfrentada para o acesso.

“São poucas as políticas públicas pra gente da área rural. Fica meio que a desejar, porque a gente sabe que fica muito no papel... Ah! Jovem tem direito, mas tem mil e uma dificuldades pra acessar por causa da burocracia. Se fosse mais acessível ao jovem isso, eu acho que seria melhor”

“Essas políticas são importantes quando vêm pra juventude ter acesso à educação, para a permanência no campo...é que às vezes a gente que está na comunidade rural, não conhece que existe essas políticas. Acessar essas políticas é importante pra gente e a gente conhecer quais são os nossos direitos, através do que a gente tem nas nossas mãos como agricultor”

Os programas de financiamento e empréstimos, apesar de serem os mais citados pelo grupo, são comumente acessados por suas mães e pais, sendo pouco utilizados pelos(as) próprios(as) jovens. Entre o grupo, há uma parte desconhece a Declaração de Aptidão ao Crédito – DAP para jovens e sua finalidade; um subgrupo dos que têm o documento e nunca usou; e ainda outra parte que tentaram obter a declaração e não conseguiu.

Quanto às tecnologias de armazenamento de água, o grupo pesquisado apresenta experiências diversas, alguns(mas) não têm projetos desenvolvidos para este fim, outros(as) construíram cisternas para captação de água da chuva, seja através de recursos próprios ou através de programas públicos e há ainda aqueles(as) que utilizam água de poço, córrego ou barreiro.

“Temos três cisternas. Elas pegam enxurrada, daí quando ela enche passa pra outra, quando essa enche passa para a terceira. E também tem outra cisterna que a gente pega água do telhado. Duas delas foram feitas através de projeto, a outra o meu avô fez por conta própria”

“Temos um barreiro que tem um pouquinho de água, mas, já tá acabando e armazenamos água da chuva, além do córrego que vem lá da Serra”

“A gente tem uma cisterna construída com incentivo de um programa governamental e um barreiro que foi feito com recursos próprios, eu era muito jovem... isso é do tempo em que existia as chamadas emergências, e que todo mundo fazia mutirão, mas, eu não sei bem como funcionava isso naquela época”

“A gente tem tanque de pedra, mas nós construímos a próprio punho, do próprio bolso. Os programas governamentais, até hoje a gente não acessou não! Até porque, na época que a gente queria acessar, eles diziam que a gente não tinha direito, porque já tínhamos os tanques de pedra!”

Em relação à questão agrária, as entrevistas apontam que a obtenção das terras acontece, prioritariamente, a partir de processos de herança, compra ou posse. Salienta-se que, para efeitos desta pesquisa, a questão agrária se apresenta como central, geradora de situações favoráveis para a permanência das juventudes no campo e para o processo de sucessão rural. Ficou evidente que, apesar dos(as) jovens conhecerem a área pertencente à família, as suas delimitações e suas características, eles(as) não têm muitas informações sobre como se deu a posse ou aquisição da terra, nem se há alguma pendência em relação a regularização fundiária. O grupo também afirmou desconhecer o que é comodato e o que representa esse tipo de acordo para as suas famílias.

“Moramos aqui desde 2001. O meu avô deixou a terra pra meu pai, porque ele ajudava muito meu avô na agricultura, quando era jovem”

“Meu pai nasceu e se criou lá, isso já faz uns 48 anos. A terra é do meu avô, eu acho que tem menos de 4 hectares. Tem a parte do meu pai, do meu avô e do meu tio, mas, em tese a terra ainda é do meu avô”

“Eu já tentei pesquisar a história da comunidade, mas é muito complicado de saber exatamente. Tem histórias que, se eu não me engano, ou foi o pai ou foi o avô do meu tataravô que fundou a comunidade. As terras vêm sendo distribuídas entre os parentes, mas não são herdadas, elas não têm uma divisão... é como se fosse acordo”
“Estamos ocupando a terra. Não tem área dividida por família, porque aqui é coletivo, mas ficou combinado que, a partir do tempo de trabalho para o patrão, todo mundo tem sua roça, então todo mundo ficou plantando”

Assim, no que se refere ao acesso das juventudes do campo às políticas públicas é preciso reconhecer as iniciativas governamentais nos últimos anos. Elas se constituíram em diretrizes e ações com foco no fortalecimento da agricultura familiar, destinada ou relacionada às juventudes do campo, e que, portanto, consideram a relevância da permanência dessas juventudes na área rural.

Neste sentido, já existe um conjunto de programas que aborda diferentes áreas que são estruturantes para a vida digna das juventudes rurais, como a produção, comercialização, abastecimento de água, acesso ao crédito, e educação específica (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Cédula da Terra, Mais Gestão, Água para Todos, PRONATEC Campo – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - etc). Entretanto, a efetivação das políticas públicas direcionadas para as juventudes ainda apresenta um cenário desfavorável, principalmente no que diz respeito aos mecanismos de acesso, às estratégias de divulgação, às exigências burocráticas, e à relação com agentes bancários nos casos dos programas de acesso ao crédito.

Outro elemento estruturante para a garantia dos direitos das juventudes rurais é o acesso à terra e ao território. A não efetivação do título de terras e a dificuldade nas tentativas de regularização fundiária aparecem como impedimentos para o acesso às políticas públicas. Na reflexão sobre sucessão rural, esse aspecto ganha ainda mais centralidade, pois a terra é o elemento fundante da experiência agroecológica e do fortalecimento da identidade camponesa. Portanto, a posse da terra é condição essencial para a permanência qualificada das juventudes na área rural.

Assim, a superação desses entraves pode resultar em um cenário mais favorável para a efetivação dos direitos das juventudes camponesas, impactando positivamente nos processos de sucessão rural e contribuindo para a garantia da qualidade de vida do(as) jovens do campo.

O CENTRO SABIÁ E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DO(A) JOVEM NO CAMPO

A ação de assessoria técnica pedagógica do Centro Sabiá tem como princípios básicos: 1) a participação plena dos agricultores e das agricultoras em todas as decisões; 2) a adesão voluntária à assessoria técnica do Centro Sabiá pela família; 3) o respeito aos conhecimentos dos agricultores e das agricultoras e das culturas locais; 4) a leitura crítica e contextualizada da realidade local; 5) a construção do conhecimento sobre agroecologia junto às famílias agricultoras a partir das experimentação, sistematização e reflexão; 6) a defesa da agrofloresta enquanto método e estratégia para construção de uma agricultura de base agroecológica que produza alimentos e gere renda de forma sustentável; e 7) a multiplicação do conhecimento através da relação entre agricultores(as).

Desde o seu surgimento, o Centro Sabiá considera as juventudes em seu trabalho no âmbito da assessoria às famílias camponesas. Reconhecendo esse grupo enquanto sujeitos de direito e visando potencializar sua ação autônoma e organizada, introduziu em sua estratégia de ação institucional o fortalecimento de um espaço de mobilização, articulação, formação e diálogo com as juventudes: as Comissões Territoriais de Jovens Multiplicadores(as) da Agroecologia (CTJMA).

Tratam-se de coletivos que participam de formações em agroecologia, buscam o fortalecimento de suas identidades e outros aspectos culturais, sociais e políticos. Conduzem processos de construção coletiva, contribuindo para consolidação do papel de multiplicadores(as) de conhecimentos em agroecologia e agrofloresta, de conscientização ambiental, de boas práticas de convivência com a natureza, segurança e soberania alimentar, incidência política e auto-organização.

Nesta perspectiva, o Centro Sabiá tem buscado parcerias com movimentos sociais, organizações, coletivos e fóruns para o fortalecimento de ações em rede, acreditando que as transformações estruturantes se dão a partir das articulações das bandeiras de luta e pautas comuns. Isso tem se concretizado com o Fórum das Juventudes de Pernambuco (Fojupe); a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma); a Pastoral da

Juventude Rural (PJR); a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu); a Associação de Agricultores(as) Agroecológicos de Bom Jardim (Agroflor); e a Associação de Agricultores(as) Agroecológicos de Cumaru (Associagro), entre outras.

Além desses coletivos, o Centro Sabiá tem estabelecido parcerias com universidades, em especial com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por meio do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido (NEPPAS), seja para realização de ações conjuntas - como os estágios de intervivências e formações - seja a partir da contribuição destes nos estudos sobre as temáticas institucionais que apontam para o desenvolvimento da agricultura familiar de base agroecológica.

Entretanto, é preciso considerar os diversos desafios que se colocam para a efetivação da ação institucional com as juventudes no fazer pedagógico. Nesse sentido, a pesquisa sobre permanência das juventudes no campo também procurou saber sobre as contribuições ou mudanças que a assessoria do Centro Sabiá possibilitou às famílias dos garotos e das garotas entrevistados(as).

Para o grupo de jovens entrevistado, a contribuição da organização se dá, marcadamente, no processo de conscientização das famílias sobre preservação do meio ambiente; na aquisição de conhecimento sobre práticas e técnicas de utilização do solo na perspectiva agroecológica; no estímulo à participação política a partir do reconhecimento da condição identitária de agricultor (a); e, de forma indireta, no aumento da renda familiar, possibilitando melhores condições de vida no campo.

“O conhecimento e a conscientização sobre o meio ambiente, a renda também, o trabalho e renda da gente, mudou muito, né? Porque a gente começou a aproveitar as coisas melhor... então algumas coisas técnicas a gente aprendeu com eles, com os técnicos indo lá, dando informações sobre como é o processo...”

“Minha família podia até usar agrotóxico, mas hoje não tá usando mais, e hoje a gente tem a unidade de beneficiamento de polpa de fruta, foi uma conquista muito grande que o Sabiá trouxe para nós”

“Eu percebo que na ação da qual meu pai participou, ele despertou pra algumas questões ambientais, como a de produção ainda convencional, mas algumas coisas ele já começou a perceber que era daquele jeito, ele sentiu a diferença, e até na questão da participação política, eu acho que ele me incentivava por isso”

“Ele não faz mais queimadas, e o incentivo também pra gente ter a horta porque sempre comprava na feira, e o que gastava na feira agora não gasta mais, porque já tá em casa”

O coletivo de jovens concorda com a afirmativa de que o Centro Sabiá promove, em sua prática pedagógica, a valorização das juventudes camponesas. As falas apontam que essa valorização se dá através do respeito e da consideração às juventudes; da valorização do seu trabalho e incremento deste com instrução teórica e novas tecnologias; do incentivo para permanência no campo; e estímulo à participação dos(as) jovens nos processos de decisão sobre temas que lhe digam respeito.

“Através de projetos onde os jovens recebem remunerações, e também a mudança nas formas de ver né? Quando um jovem faz uma coisa no campo é um trabalho, e não uma ajuda!”

“Contribuem com a valorização dos(as) jovens, porque muita gente que olha para o jovem que trabalha no campo, nem todo mundo tem um estudo né? Muita gente chama de burro, uma coisa e outra, e eles não! Eles olham com respeito também”

“O trabalho do Sabiá não é direcionado somente ao agricultor pai, mas sim aos agricultores família: o jovem, a criança, o pai, e a mãe. No caso, também dá uma ênfase nessa questão da mulher. É agricultura familiar, mas faz especificações na produção da mulher, na produção dos jovens...”

As juventudes apontaram também para importância da ampliação do apoio aos jovens, na perspectiva do incentivo à permanência destes(as) no campo.

“Acho que falta mais incentivo para as comunidades... de outras pessoas que trabalham com jovem de lá de fora, para virem incentivar os do campo”

De forma geral, houve destaque para a importância de intercâmbios, como local de encontro e troca de conhecimento sobre as possibilidades de construção de alternativas sustentáveis. Nesse sentido, os(as) jovens participantes da pesquisa reconhecem

a importância de considerar as práticas agroecológicas como uma alternativa concreta de convivência com o ambiente de maneira equilibrada, e destacam como o conhecimento adquirido é capaz de estimular e qualificar a produção agrícola ou artesanal, aumentando a renda e melhorando a qualidade de vida, o que incide diretamente na permanência do segmento social no campo e na sua valorização no processo de sucessão rural.

“Você foi na primeira feira, não deu muito lucro, e eles estão lá do seu lado, dizendo: ‘a próxima vai ser boa, não se preocupe que a próxima vai ser boa’. Então o apoio não é só técnico”

“As ações que mais valorizam os jovens do campo, no meu ponto de vista, são os encontros, as parcerias que a gente têm com eles, quando a gente se encontra com jovem somos incentivados a permanecer no campo, e ainda tem a ideia da tecnologia, aí vocês ensinam a gente como trabalhar no campo, qual a tecnologia que pode ser acessada... Hoje tem o Pronaf, então assistência técnica, a gente pode criar uma galinha, pode criar um porco, pode plantar, produzir e vender na feira também, aí tudo isso gera uma renda no começo. No início é difícil, mas se tiver um incentivo desse pra gente ter alguma coisa, e crescer... tem outros jovens que já têm relatado, inclusive, que hoje, com acesso ao Pronaf e alguns outros apoios já têm despoldadeiras e também as máquinas de processar, estão vendendo a polpa no mercado e já tão querendo permanecer mais ainda no campo, já tem outros jovens se interessando em permanecer ali”

No que se refere à continuidade dos trabalhos nas comunidades, na perspectiva da agroecologia, sem a assessoria do Centro Sabiá, os(as) jovens entrevistados(as), embora reconheçam o valor e importância do acompanhamento técnico, compreendem a autonomia das famílias enquanto princípio pedagógico. Nesse sentido, acreditam na potencialidade das comunidades e, em especial, dos garotos e das garotas assessorados(as).

“Dentro da minha concepção seria sim possível, porque a ideia é exatamente essa, fazer com que os jovens comecem a andar com seus próprios passos. O Sabiá trabalha numa perspectiva de nortear, mas que a partir de um determinado ponto o jovem vai passar a construir o seu próprio desenvolvimento sozinho, a partir daquilo que ele aprendeu e vivenciou com base nas atividades que o Sabiá realiza”



...essante." "Devem ter um espaço de lazer poderia ser um
...o meu pensamento era de que as pessoas tinham que estar
...do nega um empréstado as
...mpo de futebol, uma quadra esportiva



JUVENTUDES DO CAMPO: PERSPECTIVAS DE FUTURO

As perspectivas de futuro do grupo entrevistado são diversas e plurais, não se restringem às atividades específicas do campo. Pelo contrário, apontam para a necessidade de construir conhecimentos em áreas distintas. A opção por um leque de atividades profissionais ampliado demonstra que as juventudes têm percebido o campo em suas múltiplas possibilidades, pois o fato de não optarem pelo trabalho exclusivo na agricultura não significa o desejo ou a construção da saída desses(as) jovens do campo.

Em geral, os projetos de futuro se associam com a continuidade da formação acadêmica, a fim de qualificação para práticas profissionais nas áreas da saúde, educação, filosofia, engenharia, tecnologia e também nas ciências ligadas à natureza.

“Eu pretendo ser um desenvolvedor de software, que é mexer com tecnologia”

“Eu quero ser médica e morar no campo, e continuar produzindo”

“Profissionalmente pretendo ser professor de filosofia”

“Eu pretendo ser várias coisas: sociólogo, psicólogo...começar a minha formação acadêmica e acho que é possível exercer essas profissões no campo”

“A minha escolha profissional é voltada para o campo e para a cidade. As Ciências Sociais estudam os diferentes meios sociais que os homens têm nas suas relações de vida, então eu acho que é para os dois”

“Eu pretendo trabalhar na área da saúde, o meu desejo é trabalhar com biomedicina”

“Eu resolvi fazer o curso de agronomia, com uma meta de trabalhar com a palavra Ecologia, de trabalhar com agricultura familiar”

“Profissionalmente, eu pretendo ter uma vaga no legislativo”

As expectativas de futuro também se relacionam com a constituição de família e, sobretudo, com a transformação das condições de vida nos territórios onde vivem. Mais especificamente, a partir do trabalho de conscientização, pretendem: conquistar a adesão de outros(as) jovens para a produção agroecológica e alcançar resultados concretos quanto à efetivação de políticas públicas de educação, trabalho e renda, moradia e acesso à terra. Também se relacionam com as experiências de participação política e a possibilidade de escolhas e oportunidades na vida.

UM CAMINHO A SER FORTALECIDO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A vivência no campo e o trabalho na agricultura são influenciados por aspectos históricos, sociais, políticos, pela cultura, pelas identidades, pela localização e características geográficas etc.

É a partir da confluência de todos esses elementos que eles se constituem, inventam e reinventam arranjos para sua continuidade. O movimento de saída de jovens desse espaço precisa ser encarado como um fenômeno histórico e que tem conquistado atenção nos debates sobre as juventudes rurais por se configurar como uma ameaça à sucessão rural e à existência de uma vida digna no campo. Trata-se de um deslocamento que é fortemente estimulado pela invisibilidade das juventudes rurais expressa nos estereótipos associados ao “mundo rural” ao longo do tempo, e na desqualificação que os adultos, em geral, dispensam às juventudes. Essas questões se traduzem, em grande parte, numa desvalorização da identidade da juventude do campo.

A discussão sobre o conceito de identidade é bastante complexa e com diversos usos, principalmente quando a ela atribuímos os adjetivos: pessoal, social, étnico, de gênero, entre outros (SECAD/MEC, 2005). Assim, a identidade não se constitui como algo fixo ou estático e, tampouco, uniforme.

A identidade como a “definição de si” e a “definição dos outros” possibilita a relação em grupos, na perspectiva de criação de “um nós coletivo” – juventudes, mulheres, homossexuais, lésbicas, negros, indígenas, camponeses. Castells (2006) apresenta a identidade como: o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o(s) qual(uais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.

A construção da identidade camponesa, então, é algo que se dá no cotidiano, passível de transformações, podendo ser agregado de vários valores e significados, e fortalecido na relação com o outro e no “diálogo com o mundo” (FREIRE, 1997). Significa que a demanda das juventudes não é por um campo isolado e imutável, está em contínuo processo de construção de outras possibilidades de sociabilidade e do exercício de direitos. Nesse sentido, a falta de prioridade do Estado com o campo e a conseqüente ausência de políticas públicas específicas para a população camponesa ganham centralidade nesse debate, pois a construção do universo rural como esse local de possibilidades e pluriatividades é fundamental para enfrentar o esvaziamento das juventudes de forma contundente.

Na contramão das reivindicações das juventudes rurais, o que está posto é um cenário de implementação de grandes projetos

capitaneados pelo agronegócio com produções em larga escala que utilizam tecnologias de alto custo e geram grandes impactos ambientais, além da histórica concentração de terras e exploração da mão de obra da classe trabalhadora, em especial, das juventudes. Este modelo influencia fortemente as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e territoriais vivenciadas pelas juventudes camponesas na busca de melhores condições de vida.

Na prática, a ausência de uma educação contextualizada, pública e de qualidade; de espaços e programações adequadas para o exercício de esporte e lazer; de valorização das manifestações culturais, em sua diversidade; de incentivo à produção sustentável para geração de renda; os aspectos relacionados ao machismo e patriarcado; e a falta de terra e de regularização fundiária têm dificultado a permanência das juventudes no campo.

É neste cenário adverso, que o Centro Sabiá parte na intervenção com as juventudes para o reconhecimento e a valorização da identidade rural, destacando a identidade como aspecto primordial para fortalecer e favorecer a permanência dos(as) jovens no campo. A assessoria desenvolvida pela organização não se limita ao aspecto técnico, e sim, prioritariamente, ao investimento no reconhecimento destes atores sociais como sujeitos de direitos, atuando conjuntamente na identificação de demandas, desejos e habilidades, que facilitam a composição de projetos de vida.

Assim, nesta perspectiva, a assessoria trabalha prospectando as condições estruturantes para a permanência da juventude no campo, quando lhe apresenta a importância e força da atuação coletiva; as possibilidades de participação na vida familiar e comunitária; as condições de geração de trabalho e renda sustentáveis e a relação equilibrada com o meio ambiente. Desta prática, os(as) jovens assumem uma nova relação com o campo, experimentando formas diferenciadas de produção rural e organização coletiva, caracterizando-se como um elo entre os adultos e as novas formas de incidência política e produtiva nas comunidades.

Por isso, no grupo de participantes desta pesquisa, fica evidente a aproximação com o cotidiano do campo e a apresentação de aspectos que indicam a vontade de permanecer no meio rural e as estratégias de contribuições que os(as) próprios(as) jovens apresentam para o desenvolvimento do campo. Segundo eles e elas, esses aspectos já refletem as contribuições do Centro Sabiá para melhorar a qualidade de vida dos(as) jovens no meio rural.

Mesmo assim, as transformações no campo e as contribuições para a permanência dos(as) jovens não dependem apenas das mudanças de práticas destes estimuladas pelo trabalho de assessoria. A necessidade de políticas públicas condizentes com a realidade das juventudes se faz urgente e, desta forma, exige uma atuação permanente e incisiva de exigibilidade de direitos e, conseqüentemente, da implementação de políticas públicas específicas para os(as) jovens camponeses(as). Conquistas já são identificadas, como o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, mas ainda há o que ser feito neste sentido.

Assim, a construção de uma perspectiva agroecológica, pautada no respeito às diversidades e na garantia do protagonismo dos sujeitos do campo, pode e tem contribuído para a sucessão rural de maneira equilibrada. Nessa perspectiva, a participação e organização das juventudes são fundamentais na luta pela qualidade de vida e o bem viver das juventudes em seus territórios.

“É possível viver no campo. Eu gosto de acordar, ouvir o canto dos pássaros, ir para o quintal, ver as plantas...isso é bom, é maravilhoso. Você pode ter harmonia e contato com a natureza eu acredito que no campo já tem qualidade de vida, mas é preciso ser reconhecido, e esse reconhecimento se dá com as políticas públicas”

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton. CORTINA, Nelson *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: Edições UNESCO, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRENNER, Ana Karine; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros.** In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

SECAD. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas.** Brasília: SECAD, 2007.

CAMARARO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Processo de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social.** Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2010/Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf , acessado em 18 de maio de 2016, às 13h.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Relatório de Atividades: Reunião sobre Pesquisa Permanência das Juventudes no Campo.** Recife: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2015.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Relatório de Atividades: Oficina para Devolutiva da Pesquisa Permanência das Juventudes no Campo.** Recife: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONTIJO, Cynthia Rubia Braga. **Juventudes do Campo nos Contexto de Ruralidades a serem (Re) Construídas**: um estudo exploratório num acampamentos dos sem terra. In: II Seminário Nacional: Movimentos sociais, Participação e Democracia. Abril de 2007. Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

HONWANA, Alcinda; DE BOECK, Filip.(Org.) **Makers and breakers: children and youth in postcolonial Africa**. Currey: Oxford, 2005.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>, acessado em 30 de maio de 2015, às 9h30.

INEP. **Censo Escolar 2015**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>, acessado em 30 de maio de 2015, às 11h.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, Maíra. **Juventude e reforma agrária: o caso do Assentamento Rural Paz na Terra, RJ**. 2008. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

MORAIS, EP; RODRIGUES, R.A.P; GERHARDT, T.E. **Os idosos mais velhos no meio rural**: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, Abr-Jun; 17(2): 374-83, 2008.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Camp, 2001.

ANEXO

Roteiro de entrevista com a Juventude Rural

Objetivo Geral: Identificar o que motiva os(as) jovens que são assessorados(as) pelo Centro Sabiá a permanecerem ou saírem do campo;

Problemática: O Envelhecimento no campo e as perspectivas da juventude rural;

Problema: Será que os(as) jovens assessorados(as) pelo Centro Sabiá, que desenvolvem um trabalho na perspectiva da agroecologia, têm despertado interesse de permanecer no campo?

Roteiro de Pesquisa Estruturada

1. IDENTIFICAÇÃO/CONTEXTO:

1.1 Nome:

1.2 Data de Nascimento:

1.3 Estado Civil:

(Observação: Se casado(a), tem filhos? Quantos?)

1.4 Grau de escolaridade:

1.5 Naturalidade:

1.6 Sexo:

1.7 Local de moradia e tempo que mora na localidade:

1.8 Já morou no campo e saiu para morar na cidade?

1.9 Por que motivo saiu do campo?

1.10 Quanto tempo ficou fora?

1.11 O que fez e onde morou?

1.12 Porque voltou?

1.13 Com quem reside (no campo ou na cidade)?

1.15 Sua casa é próxima ou distante da cidade (sede do município)?

1.16 Qual a frequência que você vai à cidade?
E para que você vai?

2. RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS;

2.1 FAMÍLIA:

2.1.1 Como são tomadas as decisões na família?

2.1.2 Você participa das tomadas de decisão?

2.1.3 Composição familiar:

Nome Grau de Parentesco Sexo Ano nasc. Cor/Etnia

Onde reside:

2.1.4 Como se dá a divisão do trabalho no sistema produtivo (plantio, criações, manejo...)?

2.1.5 E no âmbito das atividades domésticas (arrumar casa, lavar roupas, cozinhar...)?

2.1.6 Você tem uma boa relação com seus pais?

2.1.7 O que você poderia destacar de mais interessante na relação de vocês?

2.1.8 Seus pais apoiam seu trabalho na agricultura?

2.2 EDUCAÇÃO:

2.2.1 Onde você estuda, ou já estudou? (Campo ou cidade)

2.2.2 Na sua comunidade ou fora dela?

2.2.3 Você acha isso positivo ou negativo? Por quê?

2.2.4 Você acha que a escola onde estuda, tem contribuído para a sua permanência no campo?

2.2.5 De que forma?

2.2.6 Como você se desloca ou deslocava até a escola?

2.2.7 Você acha que deveria ter uma escola na sua comunidade, ou transporte escolar de qualidade?

2.2.8 Por quê?

2.2.9 Você tem ou teve incentivo da família para estudar?

2.2.10 Qual incentivo?

2.2.11 Em sua opinião, o conteúdo trabalhado na sua escola leva em consideração a sua realidade? Por quê?

2.2.12 Até quando você considera que é importante um(a) jovem estudar?

2.2.13 O que você faz nos momentos de lazer? Onde?

2.2.14 O que você gostaria que tivesse em sua comunidade com relação ao lazer? Por quê?

2.3 PARTICIPAÇÃO:

2.3.1 Você participa de algum grupo organizado na sua comunidade?

2.3.2 Qual?

2.3.3 Desde quando?

2.3.4 Onde?

2.3.5 Qual função você desenvolve nesse grupo?

2.3.6 Você faz parte da diretoria, coordenação ou é sócio/membro?

2.3.7 Quais os objetivos desse grupo?

- 2.3.8 Você acha importante participar de grupos? Por quê?
- 2.3.9 O que você espera em relação a sua participação nesse grupo?
- 2.3.10 Sua família incentiva sua participação em grupo organizado?
- 2.3.11 Como é esse incentivo?
- 2.3.12 Que mudanças relevantes tiveram na sua vida a partir da sua participação nesse/es grupos?
- 2.3.13 O que fez você participar desse grupo?

2.4 RENDA:

- 2.4.1 De onde vem a renda da sua família?
- 2.4.2 Algum membro da família ganha renda fora da propriedade?
- 2.4.3 Quem?
- 2.4.4 Caso seja sim, o recurso é utilizado em atividades agrícolas?
- 2.4.5 Você tem alguma renda independente da sua família?
- 2.4.6 De onde vem essa renda?
- 2.4.7 Se sim, quando você recebe contribui financeiramente em casa ou é somente para você?
- 2.4.8 Sua família lhe ajuda financeiramente? Em que momentos?
- 2.4.9 A sua família acessou algum tipo de treinamento?
- 2.4.10 Quem acessou o financiamento? (pai, mãe, jovem?)
- 2.4.11 Quais?
- 2.4.12 Foi suficiente?
- 2.4.13 A renda da família é dividida entre todos os membros?
- 2.4.14 Como?
(Se for não, perguntar porquê)

3. RELAÇÕES AMBIENTAIS:

- 3.1 Sua família reside aqui desde quando?
- 3.2 Como foi adquirida essa terra?
- 3.3 Qual a área total da propriedade da família?
- 3.4 Que atividades são desenvolvidas na propriedade da sua família?
- 3.5 Quais culturas são cultivadas?

3.6 Quem é o responsável?

3.7 Quais os recursos naturais têm ou tinha disponível na propriedade? (nascentes, matas, rios...)

3.8 Sua família já acessou tecnologias de captação de água?

3.9 Quais?

3.10 E de que forma conseguiu? (programas governamentais, recursos próprio...)

3.12 Quais as tecnologias sociais que sua família já acessou?

3.13 De que forma conseguiu?

4. CONTRIBUIÇÕES DA ASSESSORIA DO CENTRO SABIÁ

4.1 Há quanto tempo o Sabiá assessora/acompanha sua família?

4.2 Quais contribuições ou mudanças as ações do Sabiá trouxeram para sua família?

4.3 Há ações que valorizam o(a) jovem do campo? Quais?

4.4 Como são essas ações?

4.5 Como você avalia a assessoria do Sabiá? Por quê?

4.6 Você acha que é possível dar continuidade aos trabalhos em sua propriedade ao término da assessoria/projeto do Centro Sabiá?

4.7 Em sua opinião o que falta para a juventude camponesa ter a opção de permanecer no campo?

4.8 O que você pretende ser profissionalmente?

4.9 Você acha que é possível exercer essa profissão no campo?

4.10 Essa sua escolha profissional é voltada para o campo ou para a cidade?

4.11 O que você espera em relação ao seu futuro?

(Relacionado a aspectos relativos à escolarização, trabalho, profissão, condição de vida e/ou outros aspectos que queira comentar).

5. ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Quais as políticas públicas voltadas para jovens rurais que você conhece?

5.2 Você já acessou?

5.3 Você sabe o que é DAP jovem?

5.4 Você tem DAP jovem?

5.5 E Contrato de Comodato?

5.6 Você conhece os créditos ou empréstimos rurais?

5.7 Quais?

5.8 Já acessou?

5.9 Se não, quais os motivos?

5.10 Se sim, foi programado?

5.11 Teve resultado?

Este livro foi composto com as fontes Amazing Gratesk para os títulos e Charis SIL para o corpo do texto. A impressão e o acabamento ficaram a cargo da MXM Gráfica e Editora

Recife, dezembro de 2016.

Realização:



Apoio:

**terre
des hommes
schweiz**

Oportunidades para jovens

Articulações:



RedeATER/Nordeste - AS-PTA, APAEB, ASCOOB, ASSOCENE, CAATINGA, CENTRO SABIA, CETRA, DIACONIA, ESPLAR, MOC, PATAC, REPORTE E SASOP

Centro Sabia é filiado à:

